

Condições de trabalho de assalariados na agropecuária da região Sudeste do Brasil (2012 a 2024)¹

Working conditions of agricultural wage earners in Southeast Brazil (2012–2024)

Carlos Alves do Nascimento

Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG, Brasil

Clesio Marcelino de Jesus

Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG, Brasil

Homero Antunes de Souza Neto

Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG, Brasil.

GT 09 - Trabalho, emprego e ocupações rurais

Resumo: O artigo investiga a evolução das condições de trabalho de assalariados da agropecuária na região Sudeste entre 2012 e 2024. Foi realizada breve discussão sobre a evolução da atividade agropecuária e do mercado de trabalho desse setor na região. Em seguida, utilizando os microdados das PNAD Contínua e da tipificação das Famílias de Trabalhadores Assalariados na agropecuária chega-se aos resultados. Destaque para heterogeneidade no processo produtivo regional e nas condições de trabalho em que houve redução das famílias em piores condições (Tipos 3 e 4) e crescimento das famílias Tipo 1. Entretanto, a precarização persiste, como na elevada participação das famílias com renda inferior ao parâmetro adotado (¼ do salário mínimo necessário do DIEESE) e na presença da informalidade ou em jornadas de trabalho superior a 44 horas semanais para atingir patamares mínimos de renda. Portanto, mesmo registrando avanços, a qualidade do emprego agropecuário permanece frágil e exige maior atenção.

Palavras-chave: trabalho assalariado; agropecuária no Sudeste; qualidade do emprego.

Abstract: This article investigates the evolution of the working conditions of agricultural wage earners in Southeast Brazil between 2012 and 2024. A brief discussion was conducted on the evolution of agricultural activity and the labor market in this sector in the region. Subsequently, using microdata from the Continuous PNAD and the typology of agricultural Wage Workers Families, the results are obtained. Highlight is given to the heterogeneity of the regional production process and working conditions, in which there was a reduction in the share of families in the worst conditions (Types 3 and 4) and an increase in Type 1 families; however, precariousness persists, as reflected in the high proportion of families with income below the adopted threshold (1/4 of the necessary minimum wage as defined by DIEESE) and in the presence of informality or in working hours exceeding 44 hours per week to reach minimum income levels. Therefore, even as improvements are observed, the quality of employment in agriculture remains fragile and requires greater attention.

Keywords: wage labor; agriculture in Southeast Brazil; job quality.

1. Introdução

A região Sudeste consolidou-se como um dos principais polos da modernização agrícola nacional, impulsionada pela industrialização e pela modernização técnica que estruturaram os complexos agroindustriais brasileiros (Delgado, 1985; Graziano da Silva, 1999). Esse processo intensificou-se nos anos 2000 com o boom das commodities e ampliação da inserção internacional do agronegócio, reconfigurando as relações de produção e o mercado de trabalho

¹ A pesquisa que resultou neste artigo foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

na região. Todavia, a reconfiguração ocorreu de forma heterogênea entre os estados, entre os produtores e atividades produtivas, ou seja, afetou-se o mercado de trabalho de diferentes formas (Maranhão; Eustáquio, 2017; Jesus et al., 2023).

Desse modo, a dinâmica recente do mercado de trabalho agropecuário sudestino é marcada por queda da População Economicamente Ativa (PEA) agrícola, substituição de trabalhadores manuais por qualificados, estagnação ou retrocesso na qualidade do emprego, dentre outros fatores (Balsadi; Del Grossi, 2016; Jesus; Gandolfi; Gandolfi, 2021).

Diante desse contexto, o problema de pesquisa deste artigo consiste em investigar se, durante o período de 2012 a 2024, teria ocorrido alterações nas condições de trabalho dos assalariados na agropecuária da região Sudeste. A hipótese considera que a modernização das atividades produtivas, particularmente nas monoculturas agrícolas, pode ter implicado em uma melhora das condições de trabalho para parcela dos assalariados, embora de forma desigual entre os diferentes grupos familiares. Objetiva-se, portanto, analisar a evolução das condições de trabalho dos assalariados na agropecuária sudestina, considerando a heterogeneidade das famílias agropecuárias monoativas (aquelas cujos membros se assalariam exclusivamente na agropecuária), classificadas em diferentes tipos a partir do tamanho da família e da comparação da renda familiar com um patamar definido com base no salário mínimo necessário (SMN) calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Para levar a cabo a investigação, o estudo se deu em duas etapas. Na primeira, foi realizada breve revisão sobre a dinâmica da atividade agropecuária na região Sudeste e o mercado de trabalho no setor. Na segunda, a partir dos microdados das PNAD Contínua e da tipificação das Famílias de Trabalhadores Assalariados na agropecuária foi realizada análise para o período compreendido entre 2012 e 2024, cuja metodologia é apresentada em seção à parte.

O estudo das condições de trabalho dos assalariados na agropecuária da região Sudeste torna-se fundamental para compreender se a dinâmica de crescimento do setor resultou na melhoria da qualidade do emprego ou na sua precarização, contribuindo para o debate sobre o modelo de desenvolvimento agropecuário adotado no país e para a formulação de políticas públicas mais inclusivas.

O artigo está estruturado, além desta introdução, em mais três partes: na primeira, apresenta-se a revisão de literatura; em seguida o procedimento metodológico adotado; na

terceira, expõe-se a análise dos resultados do estudo empírico; e, por fim, são apresentadas as considerações finais.

2. Breve caracterização da dinâmica produtiva agropecuária e o mercado de trabalho agrícola no Sudeste

A trajetória do mercado de trabalho agropecuário no Brasil é indissociável das transformações estruturais macroeconômicas e da evolução do setor agropecuário incorrida a partir da segunda metade do século XX, quando foi acelerado o processo de modernização de suas atividades produtivas.

No setor agropecuário, o processo de industrialização nacional, aliado à modernização técnica desse setor, estabeleceu as bases de uma estrutura produtiva competitiva representada pelo complexo agroindustrial, que integra capital agrícola, industrial e o financeiro e ganhou força nas décadas de 1960 a 1980 (Delgado, 1985; Da Silva, 1999). Esta modernização foi ainda mais importante nos anos 2000, quando o cenário macroeconômico favorável, impulsionado pelo *boom* das *commodities* e a inserção internacional do setor favoreceram o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro (Maranhão; Eustáquio, 2017).

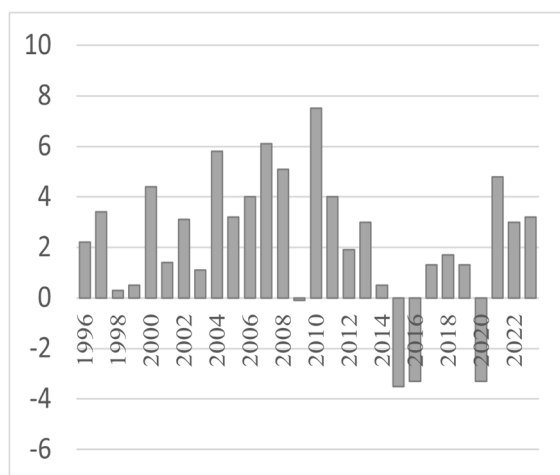
Estes movimentos fizeram par com uma série de outros processos macroeconômicos no Brasil, tais como a crise da dívida externa latino-americana em 1980, a persistência inflacionária da metade de 1980 ao início de 1990 e as reformas alinhadas ao Consenso de Washington na década de 1990 (Pinheiro; Giambiagi; Ostkorzewicz, 1999). Na esteira desse período, nos anos 2000, a economia brasileira passou por um processo de recuperação impulsionado pela soma do *boom* das *commodities* e políticas econômicas e sociais expansionistas, especialmente programas de transferências de renda e de valorização do salário-mínimo (Serrano; Summa, 2011).

Nos anos 2000 em diante, a economia brasileira passou pelos efeitos da Crise Financeira de 2008, a crise política e institucional brasileira de 2015 e 2016 e, mais recentemente, a crise do SARS-CoV-2 ou Covid-19. Todos estes fenômenos geraram impactos negativos direto na economia brasileira (Bresser-Pereira et al., 2009; Mattei; Heinen, 2020).

Enfim, quanto ao período mencionado nos parágrafos anteriores, observa-se, conforme ilustrado no Gráfico 1, que a economia brasileira teve seu crescimento impactado pelos eventos citados, fazendo-se destacar os períodos recessivos como o ano de 2009, pós-Crise de 2008; 2015 e 2016, com a crise político-institucional brasileira; 2020, marcado pela crise da Covid-19. Em contraste com esses períodos adversos, o setor agropecuário passou por um progressivo

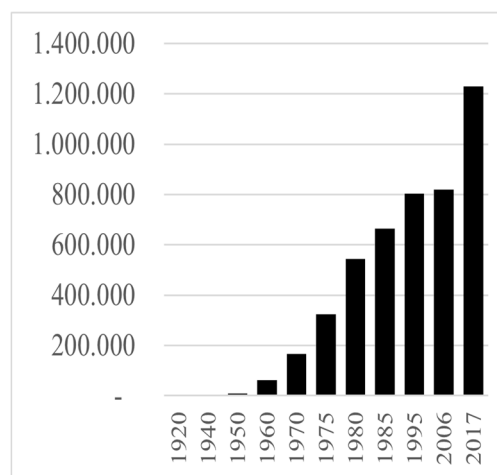
aumento de produção e da produtividade agrícola, o que pode ser avaliado pela ampliação do número de tratores demonstrado no Gráfico 2. Têm-se, portanto, uma breve descrição do cenário geral sob o qual este artigo pretende analisar as condições de trabalho de uma amostra de assalariados na agropecuária da região Sudeste do Brasil.

Gráfico 1 - Evolução da variação em volume (%) do PIB brasileiro



Fonte: Elaboração própria com base nas Contas Nacionais Anuais do IBGE (2023).

Gráfico 2 - Evolução do número de tratores em estabelecimentos agropecuários no Brasil



Fonte: Elaboração própria com base em Da Silva, Baricelo e Vian (2015) e Censo Agropecuário de 2017 do IBGE (2019).

A partir de uma visão mais ampla, cabe observar de forma mais específica possíveis efeitos dos eventos citados no mercado de trabalho do setor agropecuário da região Sudeste, especialmente, no que respeita às condições de trabalho de assalariados nesse setor.

A princípio, de modo geral o mercado de trabalho apresentou uma relação positiva com o ciclo de *commodities* dos anos 2000 e com as políticas empenhadas a partir do espaço fiscal criado por este fenômeno. Isto reduziu o desemprego e a informalidade no início do ciclo, em 2004, e resultou nas menores taxas destes indicadores no período imediatamente posterior ao fim do ciclo, em 2011 (Filgueiras, 2019).

Contudo, a partir de 2015, o quadro de instabilidade político-institucional interrompeu esse ciclo virtuoso, provocando uma expansão do desemprego, que foi ainda mais intensificada com a pandemia da Covid-19, em 2020. Este quadro, somado à reforma trabalhista de 2017, levou a grandes mudanças no mercado de trabalho, a exemplo da elevação nos números de desempregados e de trabalhadores informais, que cresceu, ano a ano, até superar o número de empregados formais em 2022 (Corseuil et. al., 2022; Fundo Brasil, 2022).

Dado isto, consideramos fundamental caracterizar o setor agropecuário da região Sudeste e as mudanças em seu mercado de trabalho, a fim de contextualizar a análise feita acima com o recorte regional específico deste artigo.

A caracterização do setor agropecuário da região Sudeste revela uma estrutura produtiva marcada por profunda heterogeneidade. Esta característica é fruto do processo de modernização promovido a partir da segunda metade do século XX, que foi impulsionado pelo crédito subsidiado e pela incorporação de pacotes tecnológicos. Estes, por sua vez, beneficiaram especialmente os estados de São Paulo e Minas Gerais, consolidando culturas dinâmicas como cana-de-açúcar, café, laranja, soja e milho, em detrimento de outras atividades (Kageyama, 1987; García, 2014; Jesus et al., 2023).

Essa heterogeneidade regional se expressa também na composição produtiva de cada estado do Sudeste. Em Minas Gerais, a pecuária responde por 65% da área dos estabelecimentos e 47% da receita total, ao passo que as lavouras permanentes, notadamente o café, ocupam papel central na geração de valor, especialmente no Cerrado e na Mantiqueira. Já em São Paulo, as lavouras temporárias, com destaque para a cana-de-açúcar, concentram 47% da área e respondem por 47% da receita agropecuária estadual. O Espírito Santo, por sua vez, apresenta maior equilíbrio entre lavouras permanentes (55% da receita) e pecuária (32%), enquanto o Rio de Janeiro tem sua economia rural fortemente ancorada na pecuária, que representa 80% da área e 60% da receita (Jesus et al., 2023). Assim, tem-se uma configuração que reforça a ideia de que os eventos de modernização técnica não ocorrem de forma homogênea na região, produzindo impactos sociais e econômicos distintos, com a coexistência de atividades altamente tecnificadas, integradas ao agronegócio, e formas de produção de baixa produtividade (Jesus et al., 2023; Maia; Sakamoto, 2014).

Aprofundando a análise, destaca-se a cafeicultura mineira como um exemplo emblemático dessas transformações contrastantes. Esta atividade, a principal geradora de emprego no estado, apresenta marcantes diferenças regionais, como observado entre o Território do Cerrado Mineiro e o da Mantiqueira de Minas. Enquanto o primeiro se caracteriza por grandes propriedades, relevo plano e elevada mecanização, o segundo preserva uma estrutura de pequenas propriedades em áreas montanhosas, resultando em menor intensidade tecnológica. Na pecuária, enquanto as bacias leiteiras do Cerrado Mineiro e Sul de Minas possuem sua base produtiva bem tecnificada, o Norte de Minas e os Vales do Jequitinhonha e Mucuri apresentam pouca tecnificação e forte presença da agricultura familiar.

No setor canavieiro paulista e do Cerrado Mineiro, observa-se movimento semelhante de expansão e modernização intensificados a partir dos anos 2000, impulsionado pela demanda por etanol e pela busca de competitividade internacional, o que reconfigurou o uso do solo e as relações de produção em regiões como Ribeirão Preto, Araraquara, Barretos, Franca e Triângulo Mineiro (Jesus; Gandolfi; Gandolfi, 2021; Menezes; Da Silva; Cover, 2011). Ou seja, também há uma heterogeneidade intraestadual na tecnificação dos processos produtivos do setor agropecuário sudestino.

Por outro lado, pensando no mercado de trabalho da região Sudeste, este reflete diretamente esse padrão de modernização heterogêneo, resultando em uma contínua redução da força de trabalho e em profundas transformações em sua estrutura ocupacional.

Entre 2004 e 2014, o Sudeste registrou queda expressiva na sua População Economicamente Ativa (PEA) agrícola, com taxa anual de -2,1%, consolidando uma tendência histórica de esvaziamento da força de trabalho agrícola, o que compatibiliza com o processo de modernização e mecanização (Balsadi; Del Grossi, 2016).

Analisando a cafeicultura mineira entre 2000 e 2010, observou-se uma redução expressiva no volume total de empregos assalariados rurais, com um saldo negativo de 153.762 postos de trabalho no estado de Minas Gerais. Essa queda foi acompanhada por uma reestruturação na composição da mão de obra, de modo que houve aumento de 534% no emprego qualificado, enquanto o emprego não qualificado diminuiu 64% no mesmo período. Em outros termos, os números apontam que a modernização, embora demande trabalhadores mais especializados, não é capaz de reter o contingente de trabalhadores braçais, gerando um significativo desemprego estrutural (Jesus; Gandolfi; Gandolfi, 2021).

A mecanização da colheita, especialmente em São Paulo, ilustra este impacto. No setor canavieiro paulista, a introdução de máquinas colheitadeiras, por exemplo, resultou na redução da demanda por trabalhadores no corte manual. Já os trabalhadores manuais que permanecem na atividade são direcionados para as áreas que possuem condições de trabalho precárias, enquanto os operadores de máquinas passam a enfrentar novas formas de desgaste físico e psíquico gerados por questões como a necessidade de alta concentração e à repetitividade de movimentos (Menezes; Da Silva; Cover, 2011; García, 2014).

Apesar dos avanços na formalização e no nível educacional dos trabalhadores, a qualidade do emprego no setor apresentou retrocessos ou estagnação na região Sudeste. Em Minas Gerais, o Índice de Qualidade do Emprego (IQE) adotado por Jesus, Gandolfi e Gandolfi

(2021)² para trabalhadores do café caiu entre 2000 e 2010, tanto na zona urbana quanto na rural, impulsionado por uma forte queda nos rendimentos. Essa precarização é ainda mais evidente quando se comparam os territórios: no Cerrado, o IQE do emprego qualificado caiu de 71,0 para 61,0, enquanto na Mantiqueira despencou de 64,0 para 49,0.

Enfim, a caracterização do setor agropecuário da região Sudeste sugere que esta possui uma heterogeneidade de culturas e processos produtivos intraestaduais e interestadual. Isto, por sua vez, implica que o processo de mecanização e a estrutura do mercado de trabalho também é diversificado. Estas e outras características têm resultado em profundas mudanças no mercado de trabalho deste setor, gerando processos como o crescimento do emprego qualificado e queda do não qualificado. Portanto, faz-se necessária uma investigação mais detalhada destes fatores, tal qual a análise que se segue.

3. Metodologia

3.1. Amostra selecionada

A base de dados utilizada para análise de parte do mercado de trabalho agropecuário na região Sudeste foram os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O período de análise compreende todos os anos de 2012 até 2024.

A amostra selecionada consiste em um conjunto de *Famílias de Trabalhadores Assalariados* que não têm entre seus membros nenhuma pessoa ocupada como empregador ou como conta-própria, mas que têm pelo menos uma pessoa ocupada e classificada como assalariada exclusivamente na agropecuária (família monoativa). Não foram consideradas, portanto, as famílias de assalariados *pluriativas* (que têm membros assalariados também em outros setores da economia).

3.2. Tipologia de famílias de assalariados

Procedeu-se a classificação dos diferentes tipos de famílias de assalariados com base no tamanho da família (número de membros) e na renda familiar do assalariamento na agropecuária, utilizando como parâmetro/referência o salário mínimo necessário (SMN)

² Utilizamos índice semelhante, com algumas alterações, conforme apresentado na seção da metodologia. Esse indicador foi desenvolvido por Balsadi (2008).

calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Os tipos de famílias investigadas tiveram, portanto, como parâmetros de classificação a renda do trabalho assalariado na agropecuária (comparada com o salário mínimo necessário, SMN, calculado pelo DIEESE) e o tamanho da família. Escolheu-se o SMN do DIEESE pelo fato de o cálculo do mesmo se fundamentar na exigência constitucional que prescreve o conjunto de bens e serviços que o trabalhador médio (da base da pirâmide salarial) deve adquirir para ter suas necessidades básicas atendidas. O que o DIEESE faz é calcular o quanto deveria ser o salário mínimo *necessário* para atender à exigência *constitucional* em relação aos requisitos básicos mínimos para uma reprodução normal da força de trabalho do trabalhador médio (e sua família). O DIEESE calcula o SMN baseando-se na estrutura de gastos, como alimentação, transporte, vestuário, habitação etc., “das famílias do estrato inferior (1/3 de menor renda)” (DIEESE, 2010). O SMN considera o quanto que o chefe da família (ou seu cônjuge) deveria auferir para sustentar sua família de quatro pessoas (dois adultos e duas crianças – ou três adultos), razão pela qual tomamos também o tamanho da família como critério a ser combinado com o SMN para a classificação dos tipos familiares, conforme a seguir.

Entretanto, percebemos que adotar 100% do SMN/DIEESE faria com que as famílias de assalariados analisadas ficassem excessivamente concentradas nos Tipos familiares 3 e 4 (98,0%, em média, do total dos Tipos familiares) dada a baixa remuneração praticada no setor. Resolvemos testar 50% do SMN/DIEESE, mas, mesmo assim, consideramos ainda muito concentrado naqueles dois Tipos (87,0%, em média, do total dos Tipos familiares). Esses resultados nos levaram a optar por 25% do SMN/DIEESE, que permitiu uma melhor distribuição entre os quatro tipos de famílias³.

Os tipos de famílias de assalariados, cuja classificação toma $\frac{1}{4}$ do SMN/DIEESE e o tamanho da família como parâmetros, são, portanto, os seguintes:

- i) **Família Tipo 1:** Família com até 4 membros e com renda familiar do trabalho agropecuário assalariado *igual ou maior* que $\frac{1}{4}$ SMN/DIEESE;
- ii) **Família Tipo 2:** Família com 5 ou mais membros e com renda familiar do trabalho agropecuário assalariado *igual ou maior* que $\frac{1}{4}$ SMN/DIEESE;
- iii) **Família Tipo 3:** Família com até 3 membros e com renda familiar do trabalho agropecuário assalariado *menor* que $\frac{1}{4}$ SMN/DIEESE; e

³ O SMN/DIEESE, na média dos doze meses do ano de 2024, era R\$6.855,82. Portanto, $\frac{1}{4}$ do SMN/DIEESE em 2024 correspondia a R\$1.713,96, apenas um pouco superior (1,21 vezes) o salário mínimo oficial no mesmo ano (R\$1.412,00).

- iv) **Família Tipo 4:** Família com 4 ou mais membros e com renda familiar do trabalho agropecuário assalariado *menor* que $\frac{1}{4}$ SMN/DIEESE.

Do ponto de vista da renda familiar do trabalho agropecuário assalariado – e do tamanho da família (representando a dependência da família àquela renda) –, a família Tipo 1 encontra-se em um extremo (melhor condição), na classificação das famílias, enquanto a família Tipo 4 encontra-se no outro extremo (pior condição) – o Tipo 2 é considerado em uma condição superior à do Tipo 3.

Adicionalmente, cada tipo de família foi subdividido em dois outros tipos: i) Famílias com apenas um assalariado; e ii) Famílias com dois ou mais assalariados. Essa subdivisão possibilita apreender diferentes casos/situações de grupos de famílias que possuem mais de um membro assalariado. Ter mais de um assalariado na família e a mesma ser classificada, por exemplo, como Tipo 4 significa que cada um dos trabalhadores assalariados desse tipo familiar está sendo remunerado bem abaixo de $\frac{1}{4}$ do SMN/DIEESE, uma vez que mesmo somando as duas remunerações ainda assim a renda familiar permanece inferior a esse valor.

Essa tipologia de famílias de assalariados permite, portanto, uma maior articulação das informações entre pessoas e famílias, possibilitando, entre outras coisas, analisar questões pertinentes às pessoas, porém, dentro de seus respectivos grupos familiares.

3.3. Indicador de qualidade do emprego⁴

Para analisar as condições de trabalho dos assalariados dos distintos tipos de famílias construiu-se um Índice de Qualidade do Emprego (IQE), conforme os seguintes procedimentos:

1) Indicadores simples das PNADCs:

Respostas positivas ou negativas (1 ou 0) dos assalariados: com idade acima de 15 anos (Ninf); com jornada semanal de 21⁵ até 44 horas (Jorn); sem trabalho temporário (TbNTemp); com carteira assinada (Cart); contribuinte da Previdência Social (Prev); sem ocupação secundária (sem 2a ocupação) (Socupsec); no caso da remuneração (Npob), em salários mínimos oficiais, construiu-se quatro faixas (cada uma associada a um valor entre 0 e 1), que são: i) 0: acima de zero até 1 s.m.; ii) 0,5: acima de 1 s.m. até 2 s.m.; iii) 0,75: acima de 2 s.m. até 3 s.m.; iv) 1: acima de 3 s.m.

⁴ Esse indicador é uma adaptação do desenvolvido por Balsadi (2008).

⁵ Estamos considerando, para o cálculo do IQE, a jornada acima de 20 horas, porque, segundo De Grazia (2007, p. 47), “Variando entre uma e 20 horas semanais, inúmeras pesquisas empíricas a respeito desse tipo de emprego concluíram tratar-se, em sua maioria, de um trabalho equivalente a um subemprego. É o que chamamos de ‘bico’.”

2) A partir dos indicadores simples, foram calculados os indicadores parciais. Os dois indicadores parciais foram obtidos da seguinte forma⁶:

$TRABFORM = 0,10 * N_{inf} + 0,20 * J_{orn} + 0,05 * T_{bNTemp} + 0,40 * C_{art} + 0,20 * P_{rev} + 0,05 * S_{ocupsec}$;

$TRABREND = (1,0 * N_{pob})$;

3) Por fim, o IQE foi calculado a partir das médias ponderadas dos indicadores parciais. Foram calculados três IQEs, conferindo pesos diferentes aos indicadores parciais.

$IQE1 = 0,50 * TRABREND + 0,50 * TRABFORM$

$IQE2 = 0,40 * TRABREND + 0,60 * TRABFORM$

$IQE3 = 0,60 * TRABREND + 0,40 * TRABFORM$

Os IQEs variam entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, melhor a qualidade do emprego, indicando condições de trabalho melhores.

4. Análise de Resultados

Pode-se observar na Tabela 1 que o número total das famílias da amostra analisada, apresentou, do ponto de vista da significância estatística da taxa de crescimento, uma certa estabilidade ao longo da série de anos⁷. A despeito dessa estabilidade, observa-se que o volume de famílias monoativas de assalariados na agropecuária da região Sudeste, corresponde a um contingente expressivo de famílias, 593 mil em 2024.

Desagregando a análise pelos diferentes Tipos de famílias, essa Tabela revela que, enquanto os Tipos familiares 2, 3 e 4 exibiram tendência (estatística) de redução dos seus contingentes, o Tipo familiar 1 foi o único que registrou tendência de crescimento, com uma taxa média anual de 2,5%. Esses diferentes desempenhos fizeram com que os Tipos 2, 3 e 4 perdessem participação relativa no total geral das famílias, enquanto o Tipo 1 ganhou participação – passando de 34,8%, em 2012, para 51,6%, em 2024.

Essas observações demonstram uma melhora nas condições dos Tipos familiares, uma vez que o Tipo que se destacou, Tipo 1, é considerado o de melhor condições entre todos, ou seja, máximo de quatro membros e renda familiar igual ou superior a ¼ do SMN/DIEESE. Os Tipos familiares em condições inferiores registraram redução, absoluta e relativa. Contudo, a

⁶ Adaptamos as ponderações, obtidas em Balsadi (2008), ao objetivo do presente estudo.

⁷ As taxas de crescimento foram calculadas com base em todos os anos da série (por motivo de falta de espaço não foi possível colocar todas as colunas relativas a todos os anos na Tabela). A indicação de estabilidade estatística na evolução do número total de famílias se deve ao fato da significância do teste t de *student* ter sido superior a 10%.

despite of this visible improvement, it is worth highlighting that there is still a need to continue improving, one time that, in the last year of the series, 2024, there was still 41,0% of the total of families in the situation of Types 3 and 4 – the two groups with more precarious conditions, whose family income from salaried agricultural work did not even reach 1/4 of the SMN/DIEESE.

Tabela 1: Evolução dos contingentes dos tipos de famílias monoativas de assalariados na agropecuária da região Sudeste, 2012 a 2024.

TIPO DE FAMÍLIA		Nr de Famílias x 1.000							Distribuição percentual (%) famílias						
		2012	2020	2021	2022	2023	2024	Tx Cresc 2012 a 2024	2012	2020	2021	2022	2023	2024	Tx Cresc 2012 a 2024
Fam Tipo 1	Com 1 Assalariado	143	149	178	129	186	219	3,1 **	21,6	26,1	30,5	24,0	29,3	37,0	3,5 ***
	Com 2 ou mais Assal.	88	73	69	95	99	87	1,0	13,2	12,8	11,8	17,7	15,5	14,6	1,4 *
Fam Tipo 2	Com 1 Assalariado	22	17	23	19	15	21	-1,5	3,3	3,0	3,9	3,6	2,3	3,6	-1,1
	Com 2 ou mais Assal.	41	25	16	24	23	22	-4,5 **	6,2	4,4	2,7	4,5	3,7	3,8	-4,1 **
Fam Tipo 3	Com 1 Assalariado	220	190	173	178	228	162	-1,4 *	33,0	33,3	29,7	33,2	35,9	27,4	-1,0
	Com 2 ou mais Assal.	8	6	4	4	5	7	-0,2	1,1	1,0	0,7	0,7	0,8	1,2	0,2
Fam Tipo 4	Com 1 Assalariado	133	97	114	83	78	65	-3,9 ***	20,0	17,1	19,6	15,4	12,2	10,9	-3,6 ***
	Com 2 ou mais Assal.	10	12	6	5	2	9	-3,2	1,5	2,2	0,9	0,9	0,3	1,6	-2,9
TOTAL GERAL (Famílias)		665	571	582	536	635	593	-0,4	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Fam Tipo 1		232	222	246	223	284	306	2,5 **	34,8	39,0	42,3	41,6	44,8	51,6	2,8 ***
Fam Tipo 2		63	42	39	43	38	44	-3,2 ***	9,5	7,4	6,7	8,1	6,0	7,4	-2,8 ***
Fam Tipo 3		227	196	177	182	233	169	-1,4 *	34,2	34,3	30,5	33,9	36,7	28,5	-1,0
Fam Tipo 4		144	110	120	88	80	74	-3,8 ***	21,6	19,2	20,6	16,3	12,6	12,5	-3,4 ***

Nota: as taxas de crescimento são estimativas do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. Os asteriscos (***, **, *) correspondem, respectivamente, a 1%, 5% e 10% de significância.

Legenda:

Família Tipo 1: Família com até 4 membros e com renda familiar do trabalho agropecuário assalariado *igual ou maior* que 1/4 SMN/DIEESE;

Família Tipo 2: Família com 5 ou mais membros e com renda familiar do trabalho agropecuário assalariado *igual ou maior* que 1/4 SMN/DIEESE;

Família Tipo 3: Família com até 3 membros e com renda familiar do trabalho agropecuário assalariado *menor* que 1/4 SMN/DIEESE; e

Família Tipo 4: Família com 4 ou mais membros e com renda familiar do trabalho agropecuário assalariado *menor* que 1/4 SMN/DIEESE.

Fonte: Microdados das PNADC/IBGE. Elaboração própria.

As informações da Tabela 2 – sobre a evolução da distribuição desses assalariados, conforme faixas de renda do trabalho agropecuário (em salários mínimos oficiais)⁸ – também revelam a heterogeneidade das condições de trabalho no interior da amostra de assalariados selecionada. Enquanto mais da metade dos assalariados das famílias dos Tipos 1 e 2 se encontram na faixa ‘acima de 1 até 2 s.m.’ – respectivamente, na média dos anos, 59,5% e 55,5% –, os das famílias dos Tipos 3 e 4 estão concentrados majoritariamente na faixa inferior (‘acima de zero até 1 s.m.’), respectivamente, na média dos anos, 68,71% e 73,7%.

Chama atenção também, na Tabela 2, o fato de que mesmo nas famílias dos Tipos 1 e 2, os dois Tipos em melhores condições, há um percentual expressivo de assalariados na primeira faixa de renda (‘acima de zero até 1 s.m.’) – respectivamente, na média dos anos,

⁸ As informações da Tabela 2 são extraídas do indicador parcial da renda (TRABREND).

20,0% e 33,6%. Há, portanto, que se continuar reduzindo o quantitativo de famílias dos Tipos 3 e 4 (Tabela 1), assim como também melhorar os rendimentos de percentuais expressivos de assalariados dos quatro Tipos de famílias analisadas.

Tabela 2: Evolução percentual (%) dos assalariados (pessoas) na agropecuária, por tipo de família e faixas de renda do trabalho (em salário mínimo oficial): Sudeste, 2012 a 2024.

TIPO DE FAMÍLIA / Faixas de renda (s.m.)		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Tx Cresc 2012 a 2024
Fam Tipo 1	Acima de 0 até 1 s.m.	24,1	19,5	19,7	22,8	22,2	19,6	19,0	15,4	13,3	21,2	26,6	20,2	16,4	-1,3
	Acima de 1 até 2 s.m.	55,2	56,7	59,2	55,1	56,7	58,7	58,8	62,7	70,6	61,6	54,2	61,8	61,6	0,9
	Acima de 2 até 3 s.m.	13,8	17,1	15,1	14,6	16,4	16,2	17,0	15,1	11,0	14,7	15,5	11,8	15,9	-1,0
	Acima de 3s.m.	6,9	6,6	6,0	7,5	4,7	5,4	5,3	6,8	5,1	2,5	3,7	6,2	6,1	-3,2
Fam Tipo 2	Acima de 0 até 1 s.m.	43,1	37,3	40,8	24,4	43,0	33,3	29,2	29,4	33,9	35,2	35,4	28,3	23,6	-2,8 *
	Acima de 1 até 2 s.m.	48,1	52,0	50,7	60,8	53,0	60,6	56,8	60,2	61,6	54,4	48,0	62,5	53,4	0,7
	Acima de 2 até 3 s.m.	8,0	10,4	8,1	12,3	2,5	5,0	12,4	8,3	3,7	5,8	14,7	6,3	23,0	3,0
	Acima de 3s.m.	0,8	0,3	0,4	2,4	1,6	1,1	1,7	2,1	0,8	4,7	1,9	2,9	0,0	
Fam Tipo 3	Acima de 0 até 1 s.m.	66,7	65,9	65,7	62,9	72,0	71,4	61,0	63,6	66,0	78,3	77,3	73,9	68,4	1,0
	Acima de 1 até 2 s.m.	33,3	34,1	34,3	37,1	28,0	28,6	39,0	36,4	34,0	21,7	22,7	26,1	31,6	-2,3 *
	Acima de 2 até 3 s.m.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
	Acima de 3s.m.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Fam Tipo 4	Acima de 0 até 1 s.m.	74,8	70,6	70,6	72,3	78,8	72,2	69,1	70,3	83,8	63,9	77,7	76,8	77,0	0,4
	Acima de 1 até 2 s.m.	25,2	29,4	29,4	27,7	21,2	27,8	30,9	29,7	16,2	36,1	22,3	23,2	23,0	-1,4
	Acima de 2 até 3 s.m.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
	Acima de 3s.m.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	

Nota e Legenda: as mesmas da Tabela 1.

Fonte: Microdados das PNADC/IBGE. Elaboração própria.

A Tabela 3 ajuda a entender a existência dos percentuais expressivos de assalariados nas famílias dos Tipos 1 e 2 com rendimentos do trabalho de no máximo 1 s.m. oficial – rendimento inferior a $\frac{1}{4}$ do SMN/DIEESE. Observe-se que nas famílias Tipos 1 e 2 existem percentuais relevantes – respectivamente, na média dos anos, 35,0% e 57,3% – de famílias com dois ou mais assalariados (Tabela 3). Isso significa, por um lado, que os assalariados desses dois grupos familiares que têm renda individual de no máximo 1 s.m. oficial (Tabela 2), pertencem ao subgrupo familiar com dois ou mais assalariados, uma vez que, por outro lado, para que esses subgrupos pertençam aos grupos Tipo 1 e 2 faz-se necessário somar as rendas individuais de seus membros para conseguir atingir ou superar $\frac{1}{4}$ do SMN/DIEESE. Isso revela que uma fração importante das famílias do Tipo 1 precisa ter dois ou mais membros se assalariando na agropecuária para pertencer a esse grupo.⁹

Entende-se também o caso das famílias dos Tipos 3 e 4, cuja maioria de seus membros assalariados (Tabela 2) se concentra na faixa inferior de renda (de no máximo 1 s.m.). Esses dois Tipos familiares são majoritariamente com apenas um assalariado, portanto, sem conseguir alcançar (pela ausência de outro assalariado na família para somarem as rendas individuais para elevar a renda familiar a) $\frac{1}{4}$ do SMN/DIEESE (Tabela 3). Por outro lado, nesses dois Tipos

⁹ Está registrado na Tabela 1 que os dois subgrupos (com 1 e com dois ou mais assalariados) das famílias do Tipo 1 foram os únicos que exibiram taxas de crescimento significativas (sentido estatístico) das suas participações relativas (%) no total das famílias aqui analisadas.

familiares, embora sejam baixos os percentuais dos subgrupos de famílias com dois ou mais membros assalariados, percebe-se que mesmo nessas famílias, que somam duas ou mais rendas individuais do trabalho assalariado na agropecuária, não se consegue sequer alcançar ¼ do SMN/DIEESE, razão pela qual continuam pertencendo aos Tipos 3 e 4 (Tabela 3).

Tabela 3: Participação relativa (%) dos *subtipos* de famílias de assalariados na agropecuária, por tipo de família: Sudeste, 2012 a 2024.

TIPO DE FAMÍLIA		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Tx Cresc 2012 a 2024
Fam Tipo 1	Com 1 Assalariado	62,0	63,2	62,3	63,2	64,2	65,9	66,1	64,6	67,0	72,1	57,5	65,4	71,7	0,7
	Com 2 ou mais Assal.	38,0	36,8	37,7	36,8	35,8	34,1	33,9	35,4	33,0	27,9	42,5	34,6	28,3	-1,4 *
Fam Tipo 2	Com 1 Assalariado	34,4	44,1	35,6	45,9	34,6	43,9	51,1	33,6	40,3	59,1	44,8	38,6	48,5	1,7
	Com 2 ou mais Assal.	65,6	55,9	64,4	54,1	65,4	56,1	48,9	66,4	59,7	40,9	55,2	61,4	51,5	-1,3
Fam Tipo 3	Com 1 Assalariado	96,7	97,5	98,6	96,9	97,7	97,6	95,0	97,0	97,0	97,6	97,9	97,8	95,9	0,0
	Com 2 ou mais Assal.	3,3	2,5	1,4	3,1	2,3	2,4	5,0	3,0	3,0	2,4	2,1	2,2	4,1	1,2
Fam Tipo 4	Com 1 Assalariado	92,9	96,1	93,8	93,9	91,3	93,8	90,4	90,4	88,7	95,4	94,6	97,4	87,3	-0,2
	Com 2 ou mais Assal.	7,1	3,9	6,2	6,1	8,7	6,2	9,6	9,6	11,3	4,6	5,4	2,6	12,7	0,5

Nota e Legenda: as mesmas da Tabela 1.

Fonte: Microdados das PNADC/IBGE. Elaboração própria.

Assim como a Tabela 2 representa a evolução dos percentuais de assalariados, dentro de cada Tipo de família, com base no indicador parcial da renda (TRABREND, por faixas de renda, em s.m. oficiais), a Tabela 4 registra essa evolução mas tendo por base o outro indicador parcial que também compõe o indicador de qualidade do emprego (IQE, que será analisado mais adiante). Na Tabela 4, trata-se do indicador parcial de formalização do trabalho (TRABFORM). Esse indicador, conforme informado na metodologia, representa uma média das respostas (0 e 1) declaradas pelos indivíduos (assalariados) a um conjunto de perguntas/variáveis da PNADC (se tem carteira de trabalho assinada, se paga previdência social, se o trabalho é permanente etc.). As duas primeiras faixas da Tabela 4 representam as condições inferiores desse indicador parcial, enquanto as duas últimas faixas significam condições melhores.

A diferença entre, de um lado, os Tipos familiares 1 e 2 e, de outro, os Tipos 3 e 4, também é verificado na Tabela 4. Pode-se observar nessa Tabela que os assalariados das famílias dos Tipos 1 e 2 exibem condições melhores de trabalho por estarem concentrados nas duas últimas faixas do TRABFORM (acima de 0,50 até 1) – respectivamente, na média dos anos, 69,7% e 61,0%. Diferentemente, os assalariados das famílias dos Tipos 3 e 4 experimentam condições inferiores de trabalho, uma vez que predominam nas duas primeiras faixas do TRABFORM (0 até 0,50) – respectivamente, na média dos anos, 53,0% e 61,1%.

Tabela 4: Evolução da participação relativa (%) dos assalariados (pessoas) na agropecuária, por tipo de família e faixas do indicador parcial de formalização do trabalho (TRABFORM): Sudeste, 2012 a 2024.

TIPO DE FAMÍLIA / Faixas do Indicador parcial de formalização		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Tx Cresc 2012 a 2024
Fam Tipo 1	0 até 0,25	14,2	13,5	12,0	7,4	9,6	9,6	12,4	10,1	7,6	8,0	10,8	13,1	10,0	-1,5
	Acima de 0,25 até 0,50	11,5	19,5	15,6	19,0	20,7	19,3	25,5	17,1	15,2	14,8	28,5	20,1	29,0	3,7 *
	Acima de 0,50 até 0,75	51,6	33,8	45,5	36,2	38,3	33,2	30,0	27,7	29,7	28,5	22,8	30,2	30,7	-4,2 ***
	Acima de 0,75 até 1	22,7	33,2	27,0	37,4	31,3	37,9	32,1	45,1	47,4	48,7	37,9	36,6	30,4	3,0 *
Fam Tipo 2	0 até 0,25	18,2	14,7	16,3	15,7	11,6	17,0	13,4	7,2	4,8	17,8	14,5	17,2	8,5	-3,5
	Acima de 0,25 até 0,50	18,3	21,8	25,9	17,7	27,0	23,2	23,2	26,0	28,4	21,2	31,6	28,3	36,9	4,0 ***
	Acima de 0,50 até 0,75	41,5	33,6	33,6	41,5	31,8	28,4	31,9	24,4	10,6	25,4	32,9	25,7	24,0	-4,6 *
	Acima de 0,75 até 1	22,0	30,0	24,1	25,2	29,5	31,3	31,5	42,4	56,2	35,5	21,1	28,7	30,5	2,1
Fam Tipo 3	0 até 0,25	23,6	20,1	23,3	19,9	20,5	15,4	18,8	21,0	15,8	14,7	24,6	16,6	23,0	-1,1
	Acima de 0,25 até 0,50	33,1	31,9	32,8	37,4	41,7	44,7	42,2	45,5	46,1	42,0	40,3	45,9	42,2	2,6 ***
	Acima de 0,50 até 0,75	26,6	27,2	22,5	23,4	17,8	15,1	20,2	17,0	17,1	19,2	12,7	16,7	15,8	-4,5 ***
	Acima de 0,75 até 1	16,6	20,8	21,4	19,2	20,1	24,8	18,8	16,5	20,9	24,1	22,4	20,9	19,0	0,8
Fam Tipo 4	0 até 0,25	22,3	21,8	26,5	21,5	21,8	16,9	18,8	21,7	13,9	12,5	15,9	16,8	15,2	-4,3 ***
	Acima de 0,25 até 0,50	38,2	37,3	34,4	33,6	42,3	42,9	41,9	43,4	48,6	43,1	43,0	43,2	56,5	2,8 ***
	Acima de 0,50 até 0,75	23,2	21,1	20,5	23,3	20,1	21,4	19,5	16,7	12,9	22,0	15,3	17,2	14,2	-3,5 ***
	Acima de 0,75 até 1	16,3	19,9	18,6	21,5	15,7	18,8	19,8	18,2	24,6	22,4	25,8	22,8	14,1	1,2

Nota e Legenda: as mesmas da Tabela 1.

Fonte: Microdados das PNADC/IBGE. Elaboração própria.

Com o objetivo de detalhar a análise das condições de trabalho dos assalariados na agropecuária selecionados, dentro de cada Tipo familiar, escolhemos alguns indicadores simples que compuseram o indicador parcial TRABFORM para realizar essa análise. O primeiro deles é o indicador que expressa o regime de trabalho (formal, com carteira assinada; ou, informal, sem carteira assinada), conforme registrado na Tabela 5.

Nota-se nessa Tabela que a maior concentração de assalariados com carteira de trabalho assinada encontra-se nas famílias dos Tipos 1 e 2 – respectivamente, na média dos anos, 67,4% e 59,2%. O contraste com as famílias dos Tipos 3 e 4 é nítido, uma vez que nessas últimas são bem mais baixos os percentuais de assalariados com emprego formal – respectivamente, na média dos anos, 36,2% e 35,3%. Observando por outro ângulo, percebe-se que a informalidade (ausência de carteira assinada), embora fosse elevada entre os assalariados dos Tipos familiares 3 (63,8%) e 4 (64,7%), também era expressiva entre os assalariados dos Tipos familiares 1 (32,6%) e 2 (40,8%), em 2024.

Tabela 5: Evolução da participação relativa (%) dos assalariados (pessoas) na agropecuária, por tipo de família e formalização no trabalho: Sudeste, 2012 a 2024.

TIPO DE FAMÍLIA / Regime de trabalho		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Tx Cresc 2012 a 2024
Fam Tipo 1	Empreg. com Carteira	73,3	66,1	71,5	72,3	66,7	67,2	59,8	71,2	76,1	75,1	57,6	62,4	57,2	-1,2 *
	Empreg. sem Carteira	26,7	33,9	28,5	27,7	33,3	32,8	40,2	28,8	23,9	24,9	42,4	37,6	42,8	2,1
Fam Tipo 2	Empreg. com Carteira	62,7	61,6	57,2	66,6	59,4	58,3	62,5	66,6	64,6	57,6	53,4	52,1	47,1	-1,6 **
	Empreg. sem Carteira	37,3	38,4	42,8	33,4	40,6	41,7	37,5	33,4	35,4	42,4	46,6	47,9	52,9	2,1 **
Fam Tipo 3	Empreg. com Carteira	41,1	43,7	41,5	38,8	33,2	37,7	37,5	29,3	33,7	37,7	34,3	30,7	31,4	-2,4 ***
	Empreg. sem Carteira	58,9	56,3	58,5	61,2	66,8	62,3	62,5	70,7	66,3	62,3	65,7	69,3	68,6	1,4 ***
Fam Tipo 4	Empreg. com Carteira	38,8	39,8	37,7	42,8	32,7	34,2	35,0	32,7	34,7	40,9	34,4	34,9	21,0	-2,6 **
	Empreg. sem Carteira	61,2	60,2	62,3	57,2	67,3	65,8	65,0	67,3	65,3	59,1	65,6	65,1	79,0	1,2 **

Nota e Legenda: as mesmas da Tabela 1.

Fonte: Microdados das PNADC/IBGE. Elaboração própria.

O segundo indicador simples escolhido objetiva analisar a proporção de assalariados com trabalho permanente (ou seja, sem trabalho temporário), conforme registrado na Tabela 6. Pode-se ver nessa Tabela que, embora mantenham-se diferenças entre os Tipos familiares 1 e 2 em relação aos Tipos 3 e 4, no caso desse indicador simples as diferenças são menores – comparativamente, por exemplo, ao indicador do regime de trabalho (Tabela 5) –, além de que se destacam, nos quatro Tipos familiares, elevados percentuais de assalariados em empregos permanentes – na média dos anos, Tipo 1 (82,2%), Tipo 2 (79,2%), Tipo 3 (69,7%) e Tipo 4 (66,9%).

Tabela 6: Evolução da participação relativa (%) dos assalariados (pessoas) na agropecuária, com ou sem trabalho temporário, por tipo de família: Sudeste, 2012 a 2024.

TIPO DE FAMÍLIA / Tipo de contratação		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Tx Cresc 2012 a 2024
Fam Tipo 1	Com Tb temporário	19,8	19,8	20,6	16,7	21,4	21,0	23,6	14,8	11,4	9,1	12,6	17,4	23,5	-2,7
	Sem Tb temporário	80,2	80,2	79,4	83,3	78,6	79,0	76,4	85,2	88,6	90,9	87,4	82,6	76,5	0,5
Fam Tipo 2	Com Tb temporário	30,6	18,6	18,7	17,8	25,6	28,0	23,6	20,2	23,3	12,4	20,4	9,5	21,7	-3,6
	Sem Tb temporário	69,4	81,4	81,3	82,2	74,4	72,0	76,4	79,8	76,7	87,6	79,6	90,5	78,3	0,8
Fam Tipo 3	Com Tb temporário	37,9	25,9	27,0	36,4	32,4	36,4	32,2	33,2	32,7	29,3	21,6	23,3	26,0	-2,4 *
	Sem Tb temporário	62,1	74,1	73,0	63,6	67,6	63,6	67,8	66,8	67,3	70,7	78,4	76,7	74,0	1,0 *
Fam Tipo 4	Com Tb temporário	34,2	28,6	32,7	33,7	39,9	37,6	43,0	35,7	29,1	36,1	24,9	25,0	29,5	-1,7
	Sem Tb temporário	65,8	71,4	67,3	66,3	60,1	62,4	57,0	64,3	70,9	63,9	75,1	75,0	70,5	0,7

Nota e Legenda: as mesmas da Tabela 1.

Fonte: Microdados das PNADC/IBGE. Elaboração própria.

O terceiro indicador simples escolhido (Tabela 7) apresenta diferentes jornadas de trabalho dos assalariados selecionados da agropecuária da região Sudeste, no período analisado. É interessante observar que, no caso desse indicador, a proporção maior de assalariados dentro da faixa de horas de trabalho considerada normal (de 21 a 44h) é das famílias dos Tipos 3 e 4 – respectivamente, na média dos anos, 64,5% e 65,6%.¹⁰ E, contrariamente, chama atenção que as maiores proporções de assalariados com carga de trabalho semanal acima de 44 horas são das famílias dos Tipos 1 e 2 – respectivamente, na média dos anos, 39,4% e 37,3%. Esse último dado parece sugerir que para frações relevantes das famílias serem classificadas como Tipo 1 ou Tipo 2 proporções expressivas de seus membros têm que assumir cargas excessivas de trabalho. Por outro lado, entre as Famílias dos Tipos 3 e 4, que também têm percentuais elevados de seus membros assalariados com jornadas de trabalho acima de 44 horas semanais,¹¹ mesmo assim esse desgaste a mais de seus membros não lhes garante uma renda (individual e familiar) que alcance pelo menos ¼ do SMN/DIEESE.

¹⁰ Entre os assalariados das famílias dos Tipos 1 e 2 essas proporções são, respectivamente, 59,2% e 60,6%.

¹¹ Nas famílias Tipo 3, 29,2% e, nas Tipo 4, 27,0%.

Tabela 7: Evolução percentual (%) dos assalariados (pessoas) na agropecuária, por tipo de família e faixas de horas de trabalho: Sudeste, 2012 a 2024.

TIPO DE FAMÍLIA / Faixas de hora de trabalho		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Tx Cresc 2012 a 2024
Fam Tipo 1	0h até 20h	2,1	1,5	0,8	1,4	1,5	2,3	1,6	1,3	0,8	1,0	2,0	1,5	1,0	-2,1
	Acima de 20h até 44h	40,2	54,4	48,6	58,2	56,3	61,5	59,6	64,3	63,8	65,3	67,9	63,4	65,5	3,2 ***
	Acima de 44h	57,7	44,1	50,6	40,4	42,2	36,2	38,8	34,5	35,5	33,7	30,1	35,2	33,5	-4,0 ***
Fam Tipo 2	0h até 20h	1,8	1,5	3,3	0,6	2,9	5,3	1,3	1,1	2,0	1,2	1,5	4,3	0,3	-5,4
	Acima de 20h até 44h	47,2	55,3	52,0	44,7	64,2	57,0	57,7	69,6	87,6	63,6	53,1	57,5	78,6	2,9 **
	Acima de 44h	51,0	43,2	44,7	54,6	32,9	37,7	41,0	29,4	10,5	35,3	45,4	38,2	21,2	-5,2
Fam Tipo 3	0h até 20h	2,4	4,5	5,8	5,9	6,4	5,0	7,5	9,3	7,3	5,1	5,2	6,1	10,9	6,1 **
	Acima de 20h até 44h	52,6	57,9	56,9	62,7	65,5	71,1	62,9	66,2	70,9	72,1	63,1	73,8	62,8	1,8 **
	Acima de 44h	45,0	37,6	37,3	31,4	28,0	23,9	29,5	24,5	21,8	22,9	31,7	20,1	26,4	-4,5 ***
Fam Tipo 4	0h até 20h	2,8	4,5	9,9	7,5	10,5	6,3	10,4	10,0	8,0	6,7	4,7	3,9	10,2	2,0
	Acima de 20h até 44h	54,6	58,3	54,1	58,5	58,4	66,3	68,6	63,4	76,1	71,9	76,7	68,9	77,5	3,0 ***
	Acima de 44h	42,6	37,2	36,0	34,0	31,1	27,3	21,1	26,6	15,8	21,4	18,6	27,2	12,4	-7,6 ***

Nota e Legenda: as mesmas da Tabela 1.

Fonte: Microdados das PNADC/IBGE. Elaboração própria.

Por fim, a Tabela 8 apresenta a evolução da distribuição percentual dos assalariados, dentro de cada Tipo de família, conforme as três versões¹² do indicador de qualidade do emprego (IQE). Esse indicador engloba e sintetiza os dois indicadores parciais (TRABREND e TRABFORM) analisados separadamente acima. Os três IQEs de certa forma confirmam as observações anteriores sobre as diferenças entre os Tipos familiares 1 e 2 em relação aos Tipos 3 e 4. Observa-se na Tabela, praticamente nos três IQEs, que, enquanto os membros assalariados das famílias dos Tipos 3 e 4 predominam nas duas primeiras faixas (faixas piores, de 0 a 0,50) dos IQEs – respectivamente, na média dos anos, 82,5% e 84,5% –, os assalariados das famílias do Tipo 1 estão concentrados nas duas melhores faixas dos IQEs (acima de 0,50 até 1) – 63,4%, na média dos anos – e os assalariados das famílias do Tipo 2 estão apenas um pouco mais presentes nas duas piores faixas dos IQEs – 51,8%, na média dos anos.

Observa-se ainda (Tabela 8) que, quando o peso do TRABFORM é maior do que o peso do TRABREND (expresso no IQE2), praticamente a distribuição percentual dos assalariados segundo as faixas do IQE, dentro de cada Tipo familiar, não se altera, nos quatro Tipos familiares. Entretanto, quando o peso do TRABREND é maior do que o peso do TRABFORM (expresso no IQE3), aquela distribuição se altera. Porém, essa alteração, no caso das famílias dos Tipos 3 e 4, verifica-se praticamente apenas nas duas primeiras faixas, diminuindo os percentuais da segunda faixa e aumentando os da primeira, ou seja, piorando a condição de trabalho. Já no caso das famílias dos Tipos 1 e 2, essa alteração se verifica de maneira um pouco distinta, ou seja, ocorre redução dos percentuais da segunda faixa do IQE, mas aumenta não apenas os da primeira faixa, uma vez que se verifica um pouco de aumento também, em alguns anos, na terceira e quarta faixas do indicador.

¹² Conforme explicado na seção da metodologia.

Tabela 8: Evolução da participação relativa (%) dos assalariados (pessoas) na agropecuária, por tipo de família e faixas do indicador de qualidade do emprego (IQE1, IQE2, IQE3): Sudeste, 2012 a 2024.

TIPO DE FAMÍLIA/ Faixas do IQE		IQE1				IQE2				IQE3			
		2012	2023	2024	Tx Cresc 2012 a 2024	2012	2023	2024	Tx Cresc 2012 a 2024	2012	2023	2024	Tx Cresc 2012 a 2024
Fam Tipo 1	0 até 0,25	9,9	12,7	12,6	2,7 *	9,9	12,7	12,6	2,7 *	18,9	15,7	14,3	-0,7
	Acima de 0,25 até 0,50	28,7	26,0	25,7	-1,7 *	28,9	26,1	25,9	-1,8 *	18,2	22,7	22,9	-0,1
	Acima de 0,50 até 0,75	52,6	51,2	51,6	0,3	52,4	51,4	51,5	0,4	53,9	51,5	52,0	0,3
	Acima de 0,75 até 1	8,8	10,0	10,1	-0,4	8,8	9,7	10,0	-0,6	9,0	10,2	10,8	-0,2
Fam Tipo 2	0 até 0,25	20,4	19,2	16,7	-1,5	20,4	19,2	16,7	-1,5	34,0	24,9	16,7	-3,8
	Acima de 0,25 até 0,50	37,6	34,4	32,1	0,5	37,9	34,4	32,1	0,4	23,3	28,7	24,5	2,2
	Acima de 0,50 até 0,75	39,7	39,5	44,1	-0,2	39,5	39,5	44,1	-0,1	40,1	39,5	51,7	0,3
	Acima de 0,75 até 1	2,2	7,0	7,1	5,9	2,2	7,0	7,1	5,7	2,6	7,0	7,1	5,6
Fam Tipo 3	0 até 0,25	42,0	49,7	51,7	2,1 ***	42,0	49,7	51,7	2,1 ***	56,8	61,9	58,9	1,2 **
	Acima de 0,25 até 0,50	39,5	36,8	30,2	-1,5 **	39,5	36,8	30,2	-1,5 **	24,6	24,7	23,0	-0,8
	Acima de 0,50 até 0,75	18,5	13,4	18,1	-2,6 **	18,5	13,4	18,1	-2,6 **	18,5	13,4	18,1	-2,6 **
	Acima de 0,75 até 1	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	
Fam Tipo 4	0 até 0,25	53,1	52,2	56,4	0,4	53,1	52,2	56,4	0,4	64,7	61,5	67,2	0,1
	Acima de 0,25 até 0,50	29,0	32,4	36,0	0,5	29,0	32,4	36,0	0,5	17,4	23,1	25,2	1,5
	Acima de 0,50 até 0,75	17,9	15,4	7,6	-3,3 *	17,9	15,4	7,6	-3,3 *	17,9	15,4	7,6	-3,3 *
	Acima de 0,75 até 1	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	

Nota e Legenda: as mesmas da Tabela 1.

Fonte: Microdados das PNADC/IBGE. Elaboração própria.

Enfim, inicialmente observou-se uma melhora das condições de trabalho, do ponto de vista do aumento da participação relativa das famílias do Tipo 1 em detrimento dos demais Tipos familiares. Porém, à medida que se avançou nas análises mais desagregadas dos indicadores foi possível chamar atenção para aspectos que ainda estão para ser melhorados mesmo entre os assalariados das famílias do Tipo 1.

Ou seja, não apenas deve-se continuar reduzindo o quantitativo das famílias dos Tipos 3 e 4 (que, em 2024, ainda correspondiam juntas a 41,0% do total de famílias analisadas), mas também há que se melhorar certas condições de trabalho para frações relevantes de assalariados das famílias dos Tipos 1 e 2.

5. Considerações finais

A análise da atividade agropecuária na região Sudeste revela um processo de contínua modernização e tecnificação nas principais atividades produtivas, como a cana de açúcar no Oeste Paulista e o café no Cerrado Mineiro e, ao mesmo tempo, convive com práticas bem tradicionais e de menor tecnificação, com presença da agricultura familiar na pecuária no Norte de Minas Gerais ou o café nas montanhas da Mantiqueira mineira. Essa dinâmica impacta o mercado de trabalho agropecuário no Sudeste de forma heterogênea entre estados e regiões, uma vez que houve redução da força de trabalho agrícola nas atividades mais tecnificadas,

acompanhada pela substituição de empregos manuais por qualificados, mas sem que isso se traduzisse em melhoria consistente da qualidade do emprego segundo a literatura.

Especificamente, nas condições de trabalho da amostra selecionada de assalariados da agropecuária no Sudeste brasileiro, entre 2012 e 2024, os resultados do estudo demonstra um quadro complexo marcado por avanços relativos, mas também por persistentes desigualdades estruturais. A dinâmica observada nos dados revela que houve melhora na composição dos tipos familiares, especialmente pelo crescimento das famílias classificadas como Tipo 1 — aquelas em melhores condições relativas de renda e tamanho familiar. Isso acompanhado de redução das famílias classificadas nos Tipos 3 e 4, o que indica um movimento positivo, ainda que limitado, na direção de uma distribuição menos concentrada da precariedade nas condições de trabalho.

Entretanto, apesar desse avanço estrutural na composição familiar, os demais indicadores analisados demonstram que a qualidade do emprego agropecuário continua frágil. Prosseguem elevados índices de informalidade, especialmente entre os trabalhadores das famílias de menor renda, e uma proporção importante de assalariados permanece recebendo até um salário mínimo oficial, faixa inferior ao próprio patamar adotado no presente trabalho, de $\frac{1}{4}$ do Salário Mínimo Necessário (SMN) do DIEESE. Além disso, mesmo entre as famílias dos Tipos 1 e 2 — vistas como em condições menos desfavoráveis — verificam-se problemas relevantes, como jornadas semanais excessivas, indicando que o alcance de níveis mínimos de renda depende, frequentemente, da intensificação do trabalho.

Os indicadores de qualidade do emprego (IQEs) reforçam esse quadro: os assalariados dos Tipos 3 e 4 concentram-se majoritariamente nas faixas inferiores do índice, revelando condições mais precárias, enquanto os Tipos 1 e 2 apresentam resultados melhores, porém ainda longe de um cenário plenamente satisfatório. A combinação entre baixos rendimentos, alta informalidade e exigência de longas jornadas evidencia que a modernização agropecuária no Sudeste não se traduziu de forma consistente e ampla em melhoria da qualidade do trabalho.

Dessa forma, embora o estudo verifique sinais de melhora relativa na estrutura das famílias assalariadas selecionadas, os resultados demonstram que a precariedade segue bastante presente. Como desdobramento, pode-se analisar a dinâmica em cada estado, para entender as especificidades. Ao mesmo tempo, a investigação aponta para a necessidade de implantar políticas públicas direcionadas à valorização salarial, ampliação da formalização, controle nas

jornadas excessivas e melhoria das condições gerais do trabalho no campo, para que os trabalhadores e suas famílias alcancem melhores indicadores de qualidade.

Referências

BALSADI, O. V. O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira e suas diferenciações regionais no período 1992-2004. São Paulo: HUCITEC, 2008. (Economia & Planejamento).

BALSADI, O. V.; DEL GROSSI, M. E. Trabalho e emprego na agricultura brasileira um olhar para o período 2004–2014. *Revista de Política Agrícola*, v. 25, n. 4, p. 82-96, 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C. et al. The 2008 financial crisis. *Brazilian Journal of Political Economy*, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 133–149, 2009. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/bjpe/article/view/95642>. Acesso em: 24 mar. 2026.

CORSEUIL, C. H.; FRANCA, M.; PADILHA, G.; RAMOS, L.; RUSSO, F. M. Comportamento do mercado de trabalho brasileiro em duas recessões: análise do período 2015 2016 e da pandemia de covid-19. In: SILVA, S. P.; CORSEUIL, C. H.; COSTA, J. S. (org.). *Impactos da pandemia de covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil*. Brasília: IPEA, 2022, p. 23-40.

DA SILVA, R. P.; BARICELO, L. G.; VIAN, C. E. F. Estoque brasileiro de tratores agrícolas: evolução e estimativas de 1960 a 2016. *Revista de Economia Agrícola*, v. 62, n. 2, p. 21-35, 2015.

DA SILVA, J. F. G. O novo rural brasileiro. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1999.

DE GRAZIA, G. Tempo de trabalho e desemprego: redução de jornada e precarização em questão. São Paulo: Xamã, 2007.

DE MENEZES, M. A.; DA SILVA, M. S.; COVER, M. Os impactos da mecanização da colheita de cana-de-açúcar sobre os trabalhadores migrantes. *Ideias*, v. 2, n. 1, p. 59-87, 2011.

DELGADO, G. Capital Financeiro e Agricultura no Brasil. ICONE/UNICAMP, São Paulo. 1985

FILGUEIRAS, V. As promessas da Reforma Trabalhista: combate ao desemprego e redução da informalidade. In: KREIN, J. D.; OLIVEIRA, R. V.; FILGUEIRAS, V. (org.) *Reforma Trabalhista no Brasil: promessas e realidade*. Campinas - SP: Editora Curt Nimeundajú, 2019, p. 13-52.

FUNDO BRASIL. Mapeamento do Trabalho Informal no Brasil. São Paulo: Fundo Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/documento/mapeamento-do-trabalho-informal-no-Brasil-2022/>.

GARCIA, Jr. R. Trabalho rural: tendências em face das transformações em curso. *O mundo rural no Brasil do século*, v. 21, p. 559-590, 2014.

IBGE. Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>. Acesso em: 24 mar. 2026.

IBGE. Tabela 6784: Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto per capita, População residente e Deflator. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6784>. Acesso em: 24 mar. 2026.

JESUS, C. M. de; GANDOLFI, M. R. C.; GANDOLFI, P. E. (2021). Qualidade do emprego assalariado na cultura do café de Minas Gerais: estudo comparativo 2000/2010 entre os territórios do café do cerrado e café da mantiqueira. *Revista da ABET*, 20(1), 148–172. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1676-4439.2021v20n1.48491>

JESUS, C. M. de; GANDOLFI, M. R. C.; GANDOLFI, P. E.; FERNANDES, V. R. V. Um retrato do sudeste rural a partir do censo agropecuário (2017): evolução, perspectivas e heterogeneidades. In: *Anais do 61º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)*. Piracicaba, SP. Esalq/USP, 2023. disponível em: [https://www.even3.com.br/anais/sober2023/627511-um-retrato-do-sudeste-rural-a-partir-do-censo-agropecuário-\(2017\)--evolucao-perspectivas-e-heterogeneidades](https://www.even3.com.br/anais/sober2023/627511-um-retrato-do-sudeste-rural-a-partir-do-censo-agropecuário-(2017)--evolucao-perspectivas-e-heterogeneidades)

KAGEYAMA, A. Alguns efeitos sociais da modernização agrícola em São Paulo. Martine & Garcia (coords.). *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo, Caetés, p. 99-123, 1987.

MAIA, A. G.; SAKAMOTO, C. S. A nova configuração do mercado de trabalho agrícola brasileiro. *O mundo rural no Brasil do século XXI*, v. 21, p. 591-620, 2014.

MARANHÃO, R. L. A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Inserção internacional do agronegócio brasileiro. *Texto para Discussão*, 2017.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 40, n. 4, p. 647-668, out./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31572020-3200>.

PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI, F.; GOSTKORZEWICZ, J. O desempenho macroeconômico do Brasil nos anos 90. In: GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

SERRANO, F.; SUMMA, R. Política macroeconômica, crescimento e distribuição de renda na economia brasileira dos anos 2000. *Observatório da Economia Global*, n. 6, p. 1-37, mar. 2011. Disponível em: https://pesquisa.ie.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/62/2024/11/OBSERVATORIO_6.pdf.